



4662 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT05 - Estado e Política Educacional

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO ELEMENTO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA
Nonato Assis de Miranda - USCS-PPGE - Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Agência e/ou Instituição Financiadora: Cnpq

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO ELEMENTO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Resumo: Este trabalho analisou o Plano de Gestão de cinco escolas públicas do Estado de São Paulo com o intuito de verificar se a construção desse documento, bem como do Projeto Político Pedagógico deu-se na perspectiva democrática e participativa. Utilizando-se da técnica da análise documental, bem como da pesquisa colaborativa esses documentos foram analisados em conjunto com os Diretores das respectivas escolas. Os resultados mostram que há pistas de que a construção desses documentos deu-se de forma participativa e democrática tal como recomendado pelo Sistema de Ensino.

Palavras-chave: gestão escolar; plano de gestão; projeto político pedagógico.

INTRODUÇÃO

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96 cada escola passou a ter a autonomia para elaborar seu projeto político pedagógico por meio da participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.

A partir de então, a gestão escolar ganhou força porque tornou-se um conceito novo superando o enfoque limitado de administração, a partir do entendimento de que os problemas educacionais são complexos e demandam uma visão global e abrangente, assim como uma ação articulada, dinâmica e participativa (LÜCK, 2009).

Diante ao exposto, o objetivo precípuo deste texto é apresentar os resultados parciais de uma pesquisa que analisou os Planos de Gestão (PG) de cinco escolas da Rede Estadual Paulista buscando identificar como deu o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) nessas escolas que é parte integrante do PG.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A gestão democrática ganhou destaque na Constituição Federal de 1988, na medida em que aborda a importância do "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino" e da "gestão democrática do ensino público" (BRASIL, 1988, p. 123).

Com isso, as escolas têm se esforçado para encontrar meios de incluir a comunidade escolar nos processos decisórios, pois "Escola democrática é aquela em que os seus participantes estão coletivamente organizados e comprometidos com a promoção de educação de qualidade para todos" (LÜCK, 2009, p.69).

Nessa perspectiva, a gestão escolar participativa e democrática torna-se um grande desafio para os diretores escolares, pois culturalmente, as famílias ainda desconhecem seu direito de participar da gestão escolar. Além disso, é sabido que alguns diretores ainda são resistentes para a participação da comunidade escolar no processo decisório.

É sabido que com a participação ativa da comunidade na escola, todos ganham, pois:

A gestão da escola passa a ser então o resultado do exercício de todos os componentes da comunidade escolar, sempre na busca do alcance das metas estabelecidas pelo projeto político-pedagógico construído coletivamente. A gestão democrática, assim entendida, exige uma mudança de mentalidade dos diferentes segmentos da comunidade escolar. A gestão democrática implica que a comunidade e os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores de serviços educacionais (BARBOSA,1999, p.219).

Para tanto, faz-se necessário que alguns gestores compreendam que a escola deixou de ser um local onde eles agiam como se fossem senhores feudais e que a construção do PPP deve ser feita na perspectiva democrática e participativa, pois

O projeto pedagógico ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, rompendo com a rotina do mundo pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola (VEIGA, 1998, p.13).

O PPP se constitui como instrumento do processo de organização escolar (LIBÂNEO, 2004) cuja elaboração considera o que está instituído (legislação, currículos, conteúdos, métodos, formas organizativas da escola etc.), mas pode desconsiderar sua característica instituinte. A característica de instituinte significa que o projeto institui, estabelece, cria objetivos, procedimentos, instrumentos, modos de agir, estruturas, hábitos, valores.

O PPP sintetiza os interesses, os desejos, as propostas dos educadores que trabalham na escola na tentativa de encontrar respostas às seguintes indagações: Que tipo de escola, nós, profissionais deste estabelecimento escolar queremos para nossos alunos? Que objetivos e metas correspondem às necessidades e expectativas dessa comunidade escolar? Que necessidades precisamos atender em termos de formação dos alunos e alunas para deles como seres autônomos, cidadãos e partícipes da sociedade? Como faremos para colocar o projeto em permanente avaliação, dentro da prática ação-reflexão-ação?

Essas indagações são importantes porque o PPP precisa acompanhar o ritmo das transformações da sociedade para que a escola não fique aquém dessas mudanças e não deixe de atender às expectativas de sua comunidade.

Assim, o PPP deve ser avaliado ao longo do ano letivo para verificar se as ações estão correspondendo ao que foi previsto, se as metas precisam ser alteradas em função de fatos inesperados, de forma a corrigir desvios, tomar novas decisões e repensar o rumo do trabalho.

Dar conta dessa empreitada não é uma tarefa simples para gestão escolar, mas esforços não podem ser economizados nesse sentido, pois o PPP pode ser usado como uma maneira para desenvolver a habilidade de estar sempre renovando e aperfeiçoando a prática de ensino, de uma forma criativa e crítica (VEIGA, 1995) em prol da qualidade social da educação.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Considerando-se os objetivos da pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa de pesquisa por entender que é "[...] uma designação que abriga correntes de pesquisa muito diferentes" (CHIZZOTTI, 2003, p. 78) na medida em que essas correntes "se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental" que não são utilizados nessa pesquisa.

Com vistas a compreender como se deu a elaboração do PPP, foram analisados cinco PG do quadriênio 2015-2018. Contudo, essa análise não ocorreu de forma isolada tal como propõe a técnica, mas na perspectiva da pesquisa colaborativa (GASPAROTTO; MENEGASSI, 2016) porque contou com a participação dos gestores dessas escolas. Cabe frisar que:

A pesquisa colaborativa no âmbito escolar é um trabalho coparticipativo de interação entre pesquisador externo e professor ou grupo de professores, num processo de estudo teórico-prático que envolve constante questionamento e teorização sobre as práticas e teorias que norteiam o trabalho docente (BORTONI-RICARDO, 2011 apud GASPAROTTO; MENEGASSI, 2016, p. 950).

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA REDE ESTADUAL PAULISTA

De posse do Plano de Gestão, os gestores receberam um roteiro para que analisassem o documento. Inicialmente, foi indagado se o plano de gestão é o documento que traça o perfil da escola, conferindo-lhe identidade própria, na medida em que contempla as intenções comuns de todos os envolvidos, norteia o gerenciamento das ações intra-escolares e operacionaliza a proposta pedagógica (SÃO PAULO, 1998, p.2).

Sobre essa indagação uma diretora asseverou:

Podemos afirmar que traça com clareza o perfil da escola; principalmente ao usar da descrição histórica do percurso da escola na comunidade, conferindo-lhe uma identidade própria, e demonstrando que a população que é atendida; se preocupa com o gerenciamento das ações intra escolares [...]. Diretora VG.

Nota-se que essa diretora é enfática no que diz respeito à identidade da escola descrita no PG, bem como no gerenciamento de ações e na operacionalização da proposta pedagógica que, segunda ela é evidenciado "nos indicadores de planejamento cujas respostas se mostram no ótimo (sic) em sua grande maioria" (Diretora VG).

A Diretora da Escola OC, por sua vez, foi mais objetiva acerca dessa indagação, pois o PG "[...] pois traça o perfil da escola, conferindo-lhe identidade própria, na medida em que contempla as intenções comuns dos envolvidos, norteia o gerenciamento das ações intra-escolares e operacionaliza a proposta pedagógica" (Diretora OC).

Como se vê, essa diretora, apesar de concordar com o que foi indagado, apenas reproduz o questionamento feito a ela não fazendo considerações adicionais.

Por sua vez, duas Diretoras de Escolas (JM e CA) constataram que o PG analisado não contempla, satisfatoriamente, o que foi questionado considerando o contido no documento orientador dessa avaliação (Parecer CEE 67/1998).

Contudo, a preocupação dessas duas diretoras recaiu muito mais sobre aspectos técnicos do que numa dimensão mais qualitativa do PG, especialmente no que diz respeito ao perfil da escola e, conseqüentemente, as intenções comuns dos envolvidos que, supostamente, coadunam com a construção coletiva do PPP.

Uma Diretora participante da pesquisa foi além da análise documental, mostrando-se atenta às transformações da escola, bem como as diferentes dimensões da gestão. Segundo ela, o PG

[...] traz um perfil de escola que não está atualizado com a escola de hoje, o que é considerável, já que está ao fim da sua vigência. Há o plano de trabalho de todos os atores envolvidos com a parte pedagógica, mas não traz planos relativos a área administrativa. Portanto, contempla em parte o que foi indagado (Diretora AS).

Um segundo questionamento proposto às diretoras foi que verificassem se havia evidências de que o PG, bem como do PPP tiveram uma construção que contou com a participação dos diferentes atores da escola, em especial, de professores.

Sobre esse assunto, uma das participantes teceu a seguinte observação:

Foram apresentados levantamentos de opinião sobre as dimensões de gestão pedagógica participativa

de pessoas de recursos e serviços e só após apresentaram um plano de ação com indicação do público alvo, responsáveis, cronograma, metas, ação de acompanhamento e indicadores (Diretora VG).

Nota-se que essa resposta não é clara sobre a participação dos diferentes atores na elaboração do PG e PPP, mas como houve uma discussão ao final da análise, ela complementou sua análise sinalizando que a construção dos documentos foi participativa.

A Diretora da Escola OC asseverou: "Não pode-se (sic) ter uma visão clara da participação dos professores e demais educadores, entretanto com os resultados da autoavaliação presente no plano gestão, leva a pensar que as respostas foram consideradas" (Diretora OC). Do mesmo modo, a Diretora da EE JM destacou que "Os quadros com objetivos e metas que visam superar as fragilidades evidenciam que, possivelmente, professores e o PC[1] participaram do processo de discussão e elaboração" do PG e do PPP.

Por fim, a Diretora da Escola CA se posicionou destacando a fragilidade dos documentos analisados (PG e PPP) no que diz respeito à participação dos diferentes atores da escola em sua construção ao afirmar que "Os dados expostos não nos permite afirmar como se deu a participação dos professores e demais segmentos da comunidade escolar".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais dessa pesquisa deixaram pistas de que o PG, bem como o PPP das escolas investigadas foram construídos com participação de diferentes atores da escola, contudo, essas pistas são frágeis porque os documentos analisados não forneceram informações contundentes para esse tipo de afirmação. A ausência de clareza da participação coletiva na construção desses documentos sinaliza que a gestão escolar democrática, na escola pública paulista, é um processo não consolidado plenamente. Trata-se de uma situação preocupante porque, atualmente (2019), as escolas dessa rede de ensino estão construindo o PG para o quadriênio 2019-2022, portanto reelaborando o PPP sendo que a expectativa é que esse processo ocorra de forma participativa e democrática.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, J. R. A. Administração pública e a escola cidadã. **RBPAE**. Porto Alegre, V. 15, n. 2, p. 217-226, jul/dez, 1999.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996**. Brasília: Senado Federal, 1996.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GASPAROTTO, D. M., MENEGASSI, R. J. Aspectos da pesquisa colaborativa na formação docente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 948-973, set./ago. 2016
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LUCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.
- SÃO PAULO. **Parecer CEE nº 67/98 - CEF/CEM**. São Paulo: CEE, 1998.
- VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político - pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1995.
- _____. **Escola: Espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papyrus, 1998.

[1] Professor Coordenador